



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INTRODUÇÃO

O presente documento foi realizado por esta Unidade Requisitante, e visa assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pretendida de **prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em transparência municipal** e o levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor Termo de Referência, com todas as etapas previstas na Legislação vigente.

Os normativos que disciplinam os serviços a serem contratados são: Lei de Acesso à Informação no 12.527/2011, Lei das Ouvidorias no 13.460/2017, Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal no 101/2000, Lei Complementar de Transparência no 131/2009, bem como aferição de conformidade com os Programas de Transparência da CGU (Controladoria Geral da União), do Ministério Público, da ATRICON (Associação dos Tribunais de Contas) e da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro) e inciso III do artigo art. 74 da Lei nº 14.133/21

### 2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás realiza anualmente a avaliação dos sítios oficiais e portais de transparência dos Municípios, por meio das Secretarias de Controle Externo e pela Superintendência de Gestão Técnica., objetivando a verificação do cumprimento pelos Poderes Executivos dos Municípios Goianos das determinações constantes na Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), conforme disposto na RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA - RA nº 25/2025 - Técnico Administrativa do TCM/GO.

Após a conclusão do estudo acima, foi detectado que a Câmara Municipal de Jataí, não obteve o Selo de Transparência do TCM/GO no ano de 2025.

Contudo, inobstante o trabalho árduo da Administração em criar mecanismos de transparência em relação às atividades do Poder Legislativo, o que se tem observado é que o grande volume de dados e a pluralidade de agentes responsáveis pela alimentação dificulta um resultado eficaz junto ao Portal, demandando, assim, uma consultoria de maior know how da ferramenta para a obtenção de um efeito mais célere e eficiente.

Ademais, registra-se que esta municipalidade não detém pessoal técnico apto para executar os serviços que se pretende contratar, melhor dizendo, não possui know how sobre esse serviço técnico especializado, é carente do conhecimento técnico e prático (fórmulas, tecnologias, técnicas, procedimentos, etc.) referentes à essa atividade.

Diante disso, é imperiosa a contratação de empresa de assessoria e consultoria na acessibilidade e transparência das informações referentes aos dados municipais, a fim de tornar mais eficiente tal ferramenta. Ressaltando, que o TCM/GO divulgará anualmente o ranking dos municípios mais bem colocados em transparência, o qual é de suma importância para este município estar entre os mais bem classificados, que busca de forma exaustiva e contínua o aprimoramento e excelência de resultados na transparência de informações, cumprindo ainda este órgão de controle interno com as atribuições que lhes são impostas pela lei.

Acrescenta-se ainda que as disposições constantes na Lei nº 12.527/11 não são discricionárias, ao contrário, são determinações de caráter imperativo que vinculam União, Estados, Distrito Federal e Municípios ao seu fiel cumprimento.

Pelo exposto, essencial é a contratação dos referidos serviços, a fim de dar cumprimento as disposições da Lei de Acesso à Informação e, em especial, atender aos interessados que buscam diariamente informações junto ao Município.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

- Disponibilização de departamento técnico para esclarecimento de dúvidas sobre o atendimento da legislação vigente, pelos canais de atendimento convencionais;
- Elaboração de 01 (um) relatório de auditoria em transparência por mês, de caráter preventivo, informando sobre o atendimento dos critérios de funcionamento estabelecidos pela Lei de Acesso à Informação no 12.527/2011, Lei das Ouvidorias no 13.460/2017, Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal no 101/2000, Lei Complementar de Transparência no 131/2009 e Lei de Licitações nº 14.133/21, bem como aferição de conformidade com os Programas de Transparência da CGU (Controladoria Geral da União), do Ministério Público, da ATRICON (Associação dos Tribunais de Contas) e da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro).
- Analisar as informações enviadas ao portal da transparência a fim de verificar a conformidade com a legislação vigente, informando ao agente público responsável eventuais disparidades;
- Elaborar e enviar relatórios, com informações e recomendações sobre a alimentação de dados e conteúdo no *web site* e Portal da Transparência conforme a legislação supramencionada;
- Promover treinamento e palestras para fomentar as boas práticas de transparência;
- Elaborar documentos para auxiliar o cumprimento das determinações visando a oferta de resposta adequada aos órgãos fiscalizadores, na hipótese de ocorrer ações civis públicas, termos de ajuste de conduta ou notificações propostas pelo Ministério Público Estadual e Federal, bem como na ocorrência de diligências dos tribunais de contas em face da instituição.

### **4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES:**

Contratação de uma empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em transparência municipal.

### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR:**

A inviabilidade de competição, a discricionariedade da Administração e a necessidade de contratação dos serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em transparência municipal, a fim de tornar mais eficiente tal ferramenta, cumprindo as Pastas com as atribuições que lhes são impostas pela lei, para o exercício de 2026 é premente;

Nos estudos de mercado, observou-se que uma empresa já manteve contratos com vários municípios goianos, os quais inclusive encontram-se entre os mais bem classificados no “Ranking de Transparência” promovido semestralmente por aquele Tribunal, conforme se disposto no Acórdão **01339/2024** proferido nos autos de proferido nos autos de nº **09755/23**.

Dentre os 246 (duzentos e quarenta e seis) municípios goianos, a empresa em questão prestou serviços especializados na maioria deles, além daqueles situados em outros estados da federação, sendo público e notório que cumpriu rigorosamente os objetos e as condições nos respectivos contratos, comprovando que dispõe de equipe técnica especializada, de acordo com as necessidades deste Município. Fato que se comprovou com a avaliação de desempenhos anteriores na área dos serviços a serem contratados, conforme preceitua o parágrafo 3

º do art. 74 da Lei nº 14.133/21, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica de municípios.

Destaca-se que o pensamento da doutrina é claro em relação à natureza do serviço técnico especializado, destacando-se o ensinamento de Marçal Justen Filho<sup>1</sup>:

*A especialização significa a capacitação para o exercício de uma atividade com habilidades que não estão disponíveis para um profissional ordinário ou padrão.*

*A especialização identifica uma capacitação maior do que a usual e comum e é produzida pelo domínio de uma área restrita, com habilidades que ultrapassam o conhecimento da média dos profissionais necessários ao desenvolvimento da atividade em questão*

Dessa forma, para prestação de serviços em tela, se faz necessário o valor compatível com a realidade do município, além de atender às suas necessidades locais, cujos atestados de capacidade técnica comprovem o desempenho anterior desse tipo de serviço, além de deter de pessoal técnico especializado para a execução satisfatória do contrato.

#### **6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS:**

O valor médio apurado para esta contratação é de: R\$ 99.509,88 (noventa e nove mil, quinhentos e nove reais e oitenta e oito centavos)

#### **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em transparência municipal. O respectivo contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do seu extrato na imprensa oficial, permitida a prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/21.

#### **8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:**

A não divisão do objeto pretendido em vários itens se dá em virtude da possibilidade de ocorrência de prejuízos à Administração Pública em face dos riscos inerentes à própria execução e de prejuízos para o serviço demandado, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integral ou satisfatoriamente prestado haja vista que poderia implicar a contratação de diversas empresas para a realização de um único evento.

<sup>1</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas. Revista do Tribunais, 2021, São Paulo, p. 975.



**9. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no presente documento, ou seja, da contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica especializada em transparência municipal, pelo período de 12 (doze) meses, permitida a prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/21, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Jataí-GO, aos 17 dias do mês de abril de 2026.

**Leandro Roberto da Silva**  
**Diretor do Departamento de Documentação Eletrônica**